Não haverá por aí ninguém que possa pôr ordem nisto?

A desorientação

Confrontamo-nos, cada vez com maior frequência, com a interrogação que está no título. Ela surge no quadro de muitas conversas despreocupadas, mas também como um apelo de quem, pelas mais variadas razões, se encontra em situação de desespero.

Quando se invoca a necessidade de "alguém pôr ordem nisto", quem o faz abdica de poder ter opinião e capacidade de decisão sobre o que lhe diz respeito e diz respeito a todos os restantes membros da sua comunidade ou da sociedade em que vive.

Mas mais! Quando se apela a alguém para "pôr ordem nisto", pressupõe-se que se espera que quem traz a "ordem", seja portador de uma fórmula mágica e sem custos, de organizar o funcionamento coletivo da sociedade, isto é, capaz de dar resposta às ansiedades de quem pediu a "ordem".

Ora, nada garante que uma tal iniciativa possa ter êxito, porque a "ordem" desse *"alguém" pode não coincidir* com a "ordem" de quem a pediu e de, certamente, a grande maioria que não a pediu. E, então, como esse "alguém "não está, em geral, disponível para abdicar da sua "ordem", vai adotar uma solução autoritária, isto é, uma solução de que discordamos, mas que, por via da força ou da intimidação, teremos que aceitar, ainda que silenciosamente.

Quer isto dizer que a "autoridade" é algo dispensável ao funcionamento das sociedades? Evidentemente que não, mas ela só é justificável se tiver legitimidade democrática, isto é, se quem é investido de autoridade recebe a sua investidura por via democrática, ou seja pela via do voto ou de outro mecanismo de representação democrática.

Ninguém pode "agir em nome de", se para tal não tiver recebido poderes de representação. É, assim, na vida coletiva, como o é na vida individual; por ex., ninguém pode ir ao notário celebrar, em meu nome, um contrato com outrem, se previamente, eu não lhe tiver dado, os convenientes poderes de representação (estabelecendo a conveniente procuração).

Se isto é assim na vida individual, porque é que haveria de ser diferente quando se trata de relações estabelecidas na vida coletiva? Por isso, uma solução autoritária, sem legitimidade democrática, pode, à partida, parecer que dá resposta ao nosso desespero, mas trata-se, apenas, de uma ilusão. Mesmo que possa **vir a dar** resposta ao desespero de uma pessoa ou grupo, na grande maioria dos casos não dá resposta, ou vai criar ainda maior desespero a muitos outros.

Neste sentido, as soluções autoritárias não são, nunca, justificadas. Não são justificadas, embora possa parecer **compreensível** que sejam aceites em situação de desespero. Só que as situações de desespero nunca foram boas conselheiras para a tomada de decisões apropriada. **É compreensível** quando o funcionamento coletivo da sociedade deixou de ser capaz de dar respostas às necessidades e ânsias das pessoas, tomadas individualmente ou em grupo.

E haverá alternativa? Claro que há. A ela se chama funcionamento democrático da sociedade.

O funcionamento democrático da sociedade

Dir-se-á que há muitos que estão fartos disto, isto é, do funcionamento democrático da sociedade, e que todos conhecem os maus resultados a que tem conduzido.

O problema é que, nem tudo aquilo a que se chama funcionamento democrático da sociedade o é necessariamente. As perversões a que, com mais frequência, ele anda associado, sugam o conteúdo desse funcionamento e deixam, apenas, a caixa do embrulho, sem o presente que deveria estar lá dentro. Ficamos com uma mera caricatura desse funcionamento.

O que quer isto dizer? Quer dizer que há perversões que matam o funcionamento democrático da sociedade. Sublinho duas: a eliminação da participação democrática dos cidadãos e a apropriação, por pessoas ou grupos organizados, da autoridade democrática, que a todos pertence, para agir não em proveito da sociedade, mas em proveito próprio.

A eliminação da participação democrática tem as suas raízes na sua redução, a uma mera participação formal, por ex., através do voto, de quatro em quatro anos, na convicção de que, nomeados os representantes, os que lhe dão o mandato ficam dispensados de controlar o exercício do mandato e de exercer outras ações, ou tomar outras decisões, indispensáveis ao exercício democrático da vida em sociedade.

Trata-se de uma perversão, com frequência, decorrente do facto de muitos, nomeadamente inseridos em aparelhos partidários, tomarem a democracia representativa como possuindo a essência de toda a democracia.

A perversão existe, também, quando os animadores das formas de participação de democracia direta entendem que ela é um substituto da democracia representativa. Efetivamente, uma e outra devem ser tomadas como complementares, indispensáveis e insubstituíveis.

Uma outra perversão consiste na apropriação da autoridade democrática por quem pretende desenvolver ações ou tomar decisões, em proveito próprio e não a favor de bem comum, do bem de cada um e de todos os que neles depositaram poderes de representação.

Um dos exemplos mais correntes da perversão é constituído pelos mecanismos da corrupção e dos abusos do poder. Por isso, a corrupção no Estado, nos órgãos públicos e nas instituições privadas é um dos principais mecanismos destruidores da democracia.

Convém sublinhar que a corrupção nas instituições públicas só existe, como projeção da corrupção nas instituições privadas. Não tem, assim, justificação a posição dos que entendem que a corrupção na esfera pública deve ser absolutamente condenada, mas que na esfera privada ela até é tolerável porque sem ela "as coisas" ficariam bloqueadas e nada funcionaria. Quem já não ouviu dizer: "O senhor X é corrupto, mas ao menos faz coisas"!

Não poucas vezes se levanta alarido em torno da corrupção pública e ainda bem que assim é, mas quando se trata da corrupção privada, em vez da sua condenação e denúncia, adota-se uma postura de contemporização, a que frequentemente se associa uma atitude de admiração ou até de inveja. Por isso, ouvimos com frequência, falar dos autores da corrupção privada como: "olha aquele é que é esperto"!

Aqui chegados é possível concluir que a participação democrática em todos os níveis da organização coletiva é uma exigência de toda a sociedade que se pretende, mais justa, capaz de produzir maior bem-estar e de ser mais solidária.

Uma condição fundamental

Não basta, no entanto, que exista o clamor coletivo para que "vamos todos participar". A consciência do dever democrático de participação não é suficiente para que produza necessariamente bons resultados.

É um objetivo que só será conseguido se a participação for conseguida em ambiente de atualizada informação, de compreensão do mundo que nos rodeia, de definição adequada de objetivos a prosseguir, de justiça, de paz, de solidariedade, de conhecimento dos percursos seguidos no passado, enfim, se a participação puder ser dita ser uma participação qualificada.

Manuel Brandão de Vasconcelos Alves

O Círculo Cultura e Democracia

Foram estas as motivações que, há cerca de 4 anos, levaram um conjunto de arouquenses a criar o "Círculo Mais Democracia", mais tarde designado "Círculo Cultura e Democracia". Os objetivos então enunciados podem ser recordados em https://www.circuloculturaedemocracia.pt/associacao/plataforma-de-a%C3%A7%C3%A3o-c%C3%ADvica.html (sítio do Círculo) e, do nosso ponto de vista, continuam a ser atuais e duráveis. Por isso, não podem deixar de continuar a orientar o nosso comportamento.

Tem-se, por vezes, referido que o Círculo está constituído por uma espécie de grupo de estrangeirados que, desde há muito tempo vivem fora de Arouca e, por isso, são desconhecedores dos reais problemas da terra que dizem ser sua.

Há neste entendimento falsidades, voluntária ou involuntariamente cometidas. O Círculo tem hoje cerca de 120 associados e, embora alguns deles tenham feito a sua vida profissional fora de Arouca, não foi isso o que aconteceu com a grande maioria. Mas, mesmo que tal fosse verdade, os arouquenses que viveram ou vivem fora não deixaram, por isso, de gostar da sua terra e de procurar ter conhecimento e envolver-se com os desafios que a ela se colocam.

Além disso, do entrosamento de experiências dos que sempre viveram em Arouca com os que temporariamente dela geograficamente se afastaram, só pode resultar enriquecimento no debate de ideias que procuramos realizar. Pessoalmente, apenas, posso sentir-me grato com todos os que mo possibilitaram. Com eles muito aprendi e espero poder continuar a fazê-lo.

A principal motivação do trabalho do Círculo é, como o temos referido em múltiplas ocasiões, criar condições para que possamos, nas nossas vidas e nos nossos empenhamentos, ter uma participação cívica e democrática mais esclarecida e mais qualificada.

O trabalho que até hoje desenvolvemos e os testemunhos que muitos nos têm feito chegar, só nos permitem concluir que as iniciativas até aqui tomadas valeram a pena e devem ser prosseguidas. Assim faremos, não deixando de inovar, na forma e no conteúdo, sempre que tal se justificar e disso formos capazes.

São largamente conhecidas as iniciativas que, sozinhos ou em parceria com outras entidades, temos vindo a tomar: Conferências, Jornadas, Debates, Tertúlias, iniciativas musicais e outras. As suas memórias e reflexões, sob a forma de textos escritos, fotos e vídeos, podem ser encontrados no sítio do Círculo (https://www.circuloculturaedemocracia.pt/). Não podemos deixar de aqui exprimir a nossa gratidão pelo trabalho que, em conjunto, levamos a cabo com os agrupamentos de Escolas de Arouca e com a Câmara Municipal.

Gostaria, ainda, de sublinhar que uma das fontes de inspiração do trabalho do Círculo é a de que as nossas iniciativas e experiências, tendo embora um ponto de partida local, devem poder ser capazes de ganhar reconhecimento muito mais amplo porque, pela sua natureza e pelos seus princípios continuam a ser válidas em qualquer outro azimute. A designação que adotamos de "Conferências de Arouca" não é a isso estranha.

É bom que se diga que os convidados que o Círculo tem sido capaz de trazer a Arouca, para connosco refletirem sobre os mais variados temas e problemas, se têm mostrado muito surpreendidos e agradados como trabalho que vimos realizando.

Não esqueçamos, também, que os que vêm até nós (e têm sido, em geral personalidades de grande projeção nacional), ao reconhecerem o mérito do que vimos fazendo, ao conhecerem e tomarem contato com as mais valias arouquenses, regressando aos seus locais de origem não têm deixado de difundir, não apenas o bom nome do Círculo mas, sobretudo, de que vale a pena olhar com atenção para o que se está a passar em Arouca.